



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-
METROPOLITANA II**

1 Ao vigésimo quinto dia do mês de junho de dois mil e quinze, às 10h, deu-se início no Instituto Vital
2 Brazil, Rua Maestro José Botelho, nº 64, bairro Vital Brazil/Niterói, a sexta Reunião Ordinária da
3 Comissão Intergestores Regional da Região Metropolitana II do corrente ano, contando com a
4 presença das representantes da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro: Ceres
5 Albuquerque (Representante titular de nível central na CIR Metro II); Andrea Lembranza
6 (Secretária Executiva CIR); Roselane Cajado (Assistente da SE/CIR); Myrian Coelho Cunha
7 (ATAN/SAB/SAS); Das Secretarias Municipais de Saúde: Tereza C. A. Fernandes (Gestora de Silva
8 Jardim); Fernanda Spitz (Gestora de Maricá); Marcelo Sá Bagueira (Gestor de Tanguá); Solange
9 Regina de Oliveira (Gestora de Niterói); Márcia Morse (Suplente de São Gonçalo); Vítor Duarte
10 (Suplente de Maricá); Marcia Pereira de Almeida (Suplente Rio Bonito) e a presença de: Suely
11 Osório (Representante do COSEMS/RJ); Rosângela Amaral dos Santos (Regulação São Gonçalo);
12 Cássia Soares (ATAN/SG); Diones da Rocha Rosa e Anália e Nazeré da Conceição (representantes
13 de Rio Bonito). A plenária contou com a presença de seis Municípios da Região: Niterói, Silva
14 Jardim, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo e Maricá, sendo 04 Municípios representados pelos seus
15 Gestores, 03 Municípios representados pelos seus suplentes e um Município ausente: Itaboraí.
16 Ceres dá as boas-vindas e inicia a reunião com o primeiro ponto. I. Apresentação. 1. Grupo no
17 âmbito da SES da ATAN. Solicitado pelo SAB, Área técnica de Alimentação e Nutrição. Mirian
18 apresenta Cássia do Município de São Gonçalo, que veio representando o grupo da região. Inicia a
19 apresentando a Resolução Nº 1157/SES, de 31/10/97 que instituiu o Grupo Técnico de Alimentação
20 e Nutrição (GTAN/SES-RJ). Os objetivos deste grupo são: Assessorar a
21 implantação/implementação do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) no estado;
22 Criar pólos regionais e respectivo Município sede, respeitando a estrutura organizacional do estado.
23 Definiu-se um município sede para cada pólo, com um coordenador engajado com a idéia do
24 SISVAN; Participar/fomentar da construção e concretização das ações de Alimentação e Nutrição
25 em processos transversais, com procedimentos e fluxos articulados, em consonância com realidade
26 organizacional da SES, promovendo a formulação, implementação e o monitoramento de ações de
27 alimentação e nutrição no RJ. Necessária a atualização dos processos de trabalho que conferem a
28 capilaridade na implementação das ações de Alimentação e Nutrição, no âmbito das Regiões de
29 Saúde no Estado do Rio de Janeiro, dando maior institucionalidade ao trabalho nas regiões,
30 facilitando o exercício da transversalidade as ações que dizem respeito a todas as fases do ciclo da
31 vida e a praticamente todos os pontos de atenção na rede de saúde – ex: Linha de Cuidado da
32 Obesidade, ampliando o domínio da gestão. As atribuições do Grupo, assim como a composição do
33 GTAN, de acordo com a RESOLUÇÃO SES Nº 3208, de 27 DE DEZEMBRO DE 2006, são:
34 Oferecer apoio técnico-operacional à implantação e/ou implementação das ações na área de
35 alimentação e nutrição; Elaborar e apoiar propostas de estudos e pesquisas estrategicamente
36 importantes para a implementação, avaliação ou reorientação das questões relativas à alimentação
37 e nutrição; Promover a capacitação de recursos humanos necessários à consecução de ações
38 relativas à alimentação e nutrição; Promover a adoção de práticas e hábitos alimentares saudáveis,
39 mediante a mobilização de diferentes segmentos da sociedade e por intermédio de campanhas de
40 comunicação; Promover processo de articulação intersetorial e interinstitucional, visando a
41 implementação das referidas Políticas; Auxiliar na definição de estratégias de promoção,
42 prevenção, intervenção e controle dos distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação e



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-
METROPOLITANA II**

43 nutrição; Promover mecanismos de consolidação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional –
44 SISVAN, inclusive ampliando a sua abrangência em termos técnicos e geográficos, para fins de
45 mapeamento e monitoramento da fome, da desnutrição e de outros problemas nutricionais. Os
46 cuidados relativos à alimentação e nutrição são voltados: à promoção e proteção da saúde,
47 prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos; associados às demais ações de atenção à saúde
48 do SUS; para indivíduos, famílias e comunidades, contribuindo para a conformação de uma rede
49 integrada, resolutiva e humanizada de cuidados. Mirian e Cássia explicam que as reuniões já
50 ocorrem a nível regional e que o grupo gostaria de dar mais visibilidade às reuniões que já ocorrem
51 regularmente. Suely e Fernanda destacam que a apresentação do trabalho do Grupo GTAN na CIR
52 serviu para os Gestores terem o conhecimento do trabalho deles e apoiarem a presença dos
53 representantes dos municípios nas reuniões do grupo. Os membros acharam importante apoiar e
54 dar visibilidade ao grupo. **II. Pactuação 1.** Fica pactuada a Ata da 5ª Reunião Ordinária CIR/Metro II
55 ocorrida no mês de maio. **2.** POA – Antônio Pedro – Município de Niterói. A contratualização foi
56 encaminhada ao Ministério, mas ainda não retornou. Data proposta para a primeira reunião, dia
57 15/07, às 14h. Como o grupo será composto por mais ou menos 20 (vinte) integrantes, os locais
58 possíveis para o encontro serão: o auditório 9º andar da Fundação ou no prédio nº 169 da Amaral
59 Peixoto, em Niterói. Será enviado um email com a convocação e a confirmação do local. A
60 comissão será composta por: Representantes do Gestor Municipal, tendo como Titular Omar Luis
61 Rocha da Silva e suplente Eduardo Sobrosa Cordeiro e/ou Titular: Barbara Celeste Rolim e
62 Suplente Francisco Alberto Dinis. Representante do conselho Municipal de Saúde de Niterói,
63 Titular: Fábio Gomes Pereira Marchisiello – Segmento usuário e Suplente: Claudio José de Oliveira
64 – Segmento usuário. Representantes do Hospital Universitário Antônio Pedro, Haberlandh Sodrê
65 Lima e Suplente Maria Conceição Lima de Andrade e/ou: Marita Juncá Trindade de Beaklini e
66 suplente Luiz Henrique Ferreira da Silva. Representantes do MEC, Titular: Manoel Fernando de
67 Oliveira Rodrigues e Suplente: Ielva Rodrigues Valverde de Magalhães. Representantes da
68 Metropolitana II, Tereza Priscila Abraão Fernandes – Secretária de Saúde do Município de Silva
69 Jardim e suplente: Vitor Santos Duarte Silva – Técnico do Município de Maricá e/ou titular Edilson
70 Francisco dos Santos - Secretário de Saúde do Município de Itaboraí e Suplente: Rosângela
71 Amaral dos Santos – Técnica do Município de São Gonçalo. Representante da Central de
72 Regulação do Município de Niterói: Titular Suzy Mara Ferreira e Suplente: Julia Amélia da Costa.
73 Todos parabenizam a Gestora de Niterói pela iniciativa e comentam a importância da formação do
74 grupo. Fica pactuado a indicação de dois membros titulares e dois suplentes da CIR para
75 acompanhamento da Contratualização do Hospital Antônio Pedro. **3.** Criação do Grupo de trabalho
76 da PPI. Ampla discussão acerca da importância e necessidade de criação do grupo para revisão da
77 PPI, para elaboração do dever de casa de cada Município. Os Gestores acham que devemos ter
78 um olhar mais criterioso com este grupo. Solicitaram que seja acordada uma data a parte do GT de
79 planejamento. A criação do grupo foi pactuada. Ceres faz uma observação acerca do que for
80 discutido no grupo possa ser levado ao GT de planejamento, todos concordam. **4.** Plano Regional
81 de Educação Permanente Metropolitana II. Apresentado por Andrea. Inicia apresentando partes do
82 plano que foi encaminhado a SE/CIR, onde fala sobre a Política Nacional de Educação em Saúde,
83 através da Portaria 1.996/07, que institui a formação de Comissões de Integração Ensino Serviço
84 Regional (CIES) e, também, uma composição de âmbito estadual. Constam, entre as principais



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-
METROPOLITANA II**

85 atribuições da CIES: Colaborar com os colegiados regionais em assuntos relativos à construção
86 dos planos regionais de EPS; Apoiar os gestores em matérias relativas à educação; fazer
87 monitoramento e avaliação das ações e estratégias relativas à EPS; Assessorar, elaborar e pactuar
88 o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde; Homologar os Planos Regionais de
89 Educação Permanente em Saúde. A proposta de EPS, preconizada pelo Ministério da Saúde (MS),
90 estrategicamente prevê transformar e qualificar as ações e os serviços, os processos formativos e
91 as práticas pedagógicas e de saúde. Porquanto, prospecta-se que a educação permanente busca
92 transformar as práxis profissionais existentes, mediante a reflexão de trabalhadores, estudantes,
93 gestores e demais atores sociais. Assim, essa proposta pode ser entendida como aprendizagem-
94 trabalho, pois acontece a partir do cotidiano das pessoas e das organizações. As atribuições da
95 CIES são: Construir os Planos de Educação Permanente em Saúde na Região Metropolitana II;
96 Articular instituições para propor, de forma coordenada, estratégias de intervenção no campo da
97 formação e desenvolvimento dos trabalhadores, à luz dos conceitos e princípios da Educação
98 Permanente em Saúde, da legislação vigente, e do Plano Regional para a Educação Permanente
99 em Saúde; Incentivar a adesão cooperativa e solidária de instituições de formação e
100 desenvolvimento dos trabalhadores de saúde aos princípios, à condução e ao desenvolvimento da
101 Educação Permanente em Saúde, ampliando a capacidade pedagógica em toda a rede de saúde e
102 educação; Contribuir com o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e estratégias
103 implementadas, da Educação Permanente em Saúde. Foi exposto os dados físico-financeiros –
104 Ação 1: Implementar os princípios da Política Nacional de Educação Permanente com foco na
105 estratégia da humanização da Rede Cegonha para Metropolitana II – Meta: Qualificação
106 multiprofissional; Financeiro: R\$ 125.600,00. Ação 2: Organizar a Atenção em Saúde na rede de
107 saúde Municipal segundo os parâmetros da EP; Meta: Introdutório para Atenção Básica. Financeiro:
108 R\$ 164.874,13. Resultados esperados e considerações: Espera-se com a implantação dos projetos
109 Rede Cegonha e Introdutório da Atenção Básica, a melhoria do atendimento ao usuário e o
110 fortalecimento das redes municipal e regional, através da formação adquirida pelos trabalhos
111 desenvolvidos no período. Após apresentação, os membros pactuaram o plano regional. III.
112 Informes. **1.** Projeto de Implantação da Unidade de Acolhimento aos Usuários de Crack, álcool e
113 outras drogas – Município de Silva Jardim. Tereza encaminhou a proposta do Projeto de
114 Implantação da Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de
115 crack, álcool e outras drogas, no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede
116 de Atenção Psicossocial entre os Municípios de Silva Jardim, Tanguá e Rio Bonito. A Gestora faz a
117 ressalva que só irá implantar, se houver a liberação do recurso. **2.** Remanejamento de teto
118 financeiro – Município de Silva Jardim. Remanejamento do Estudo de Urodinâmica do Município de
119 Silva Jardim para o Município de Maricá. **3.** Questionário - Diagnóstico do setor de Auditoria
120 Municipal. O objetivo do questionário é atualizar as informações das Auditorias Municipais. A matriz
121 deverá ser respondida por email. O prazo para resposta será de 15 dias, contando a partir do dia
122 que enviamos o e.mail, dia 12/06/15. **4.** Atenção Integral às Pessoas com doença Falciforme;
123 hemoglobinopatias e com coagulopatias Hereditárias. Solicitação de envio das pendências dos
124 cadastros dos profissionais e das unidades de saúde referenciadas (Deliberação CIB
125 n.º2.736/2014) para atendimento às pessoas com coagulopatias no Estado do Rio de Janeiro, ofício
126 nº Of. SES/SUP/IEHE n.º 496/2015 e Of. Circ. SES/UP/IEHE n.º22/2014 e os termos de



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-
METROPOLITANA II**

127 compromisso atualizados para atendimento às pessoas com Doença Falciforme e outras
128 hemoglobinopatias. Of. SES/SUP/IEHE n.º494/2015. Gestores manifestaram dúvidas quanto a este
129 assunto, foi solicitado que a área técnica repasse um informe mais esclarecido ou estar na próxima
130 CIR. **5.** Inclusão de informes. Os Gestores solicitaram inclusões de alguns informes. **1.** Tereza
131 solicitou a Solange para marcar com o Antônio Pedro, para conversarem sobre o atendimento de
132 urgência e emergência de otorrinolaringologia para toda a região no horário de funcionamento, não
133 é necessário ser plantão **2.** Exames CITEC – Tereza informa que todos os exames dela estão
134 chegando sem nenhum resultado positivo, já oficializou para Itaboraí e diz que isto não condiz com
135 a realidade, o laboratório atual é o São João Batista, do município de Itaboraí. Solicitou troca de
136 laboratório, se houver outro laboratório credenciado. Fernanda informa que está com o mesmo
137 problema, além da demora na entrega dos resultados. **3.** CTI-Tereza diz que não está conseguindo
138 vaga para internação pela Central de Regulação, via CER. Relatou um óbito de um paciente, após
139 3 dias de tentativas de internação. Se o paciente for idoso, fica mais complicada a situação.
140 Encaminhou para AIR, o ofício de Rio Bonito onde Anselmo diz que o paciente que necessita de
141 vaga de UTI, terá que ser encaminhado para a UPA de Rio Bonito. Pois ao fazer esse processo tem
142 a resposta que a UPA não é porta de entrada para receber paciente de UTI. A outra questão é
143 quando ela tenta pedir uma das cinco vagas que são destinadas ao SUS pelo sistema SISREG, é
144 solicitada uma senha, mas o Município de Silva Jardim e de Tanguá não possuem. A instrução é
145 que ela solicite a UPA, mas todos os presentes concordaram que esta não seria a forma correta.
146 Tereza afirma que a Central de Regulação de CTI, Gestação de Alto Risco Neonatologia, não está
147 funcionando. **4.** Fernanda fala da problemática da radioterapia e pergunta se é possível fechar com
148 Juiz de Fora. Ceres propõe fazer uma reunião com a SAS. Fernanda colocou que a área técnica
149 não está atendendo, foram enviados ofícios, foi discutido sobre novos serviços que precisam ser
150 abertos. **5.** Márcia inclui informe de São Gonçalo: Ofício/SEMSA Nº 146/2015, de 02 de junho de
151 2015, onde apresenta a solicitação de Remanejamento das Cotas físicas para o Teto Financeiro do
152 Município de São Gonçalo, a fim de adequar os serviços ofertados a capacidade técnica instalada
153 atual do município. **6.** Tereza fala do Ofício nº 244/2015 - Gabinete SEMSA de 12 de junho de
154 2015, que está encaminhando, com protocolo de entrega do exame em anexo, onde comunica a
155 demora de aproximadamente 40 dias na entrega dos exames de mamografia realizados no Hospital
156 Estadual dos Lagos. **7.** Solange informa sobre a Conferência Municipal de Saúde no Município de
157 Niterói, nos dias 10, 11 e 12/07 e Fernanda informa que no Município de Maricá a conferência será
158 nos dias 03 e 04/07. **8.** São Gonçalo pergunta sobre as cirurgias eletivas, necessidade de verificar o
159 fluxo dos encaminhamentos. **6- Informes GT's** – Andrea informa sobre o problema que estamos
160 vivenciando com o Grupo de Trabalho RCPD, pois os Municípios não enviaram as respostas da
161 matriz diagnóstica, o plano ainda não foi revisado, os técnicos não tem participado. Sobre a RAPS
162 o grupo foi elogiado, excelente participação dos Municípios. Andrea relata a reunião do GT/VS, se
163 Solange tem alguma resposta sobre a conversa com o Antônio Pedro sobre o interesse na
164 implantação do SVO regional. Solange relata que está fazendo contato com o Dr. Tarcísio do
165 Hospital Antônio Pedro, por telefone, ficou de agendar uma reunião para a próxima semana e
166 verificar a possibilidade de fornecer o espaço. Ela já enviou as diretrizes e ele ficou de avaliá-las.
167 Diz ter pensado em outro espaço que seria um terreno no CPN, mas talvez não seja possível no
168 momento por falta de recursos para a construção da sede. Outras questões foram discutidas, como



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II**

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-
METROPOLITANA II**

169 a problemática das funerárias. Ficamos no aguardo da resposta do Antônio Pedro para darmos
170 prosseguimento com a proposta do SVO regional. Sobre a conclusão do relatório do POA do Darcy
171 Vargas, três integrantes do GT compareceram a CIR para fazer a apresentação da síntese do
172 relatório realizado pelo grupo. Os gestores agradeceram ao grupo e parabenizaram pelo trabalho
173 realizado. Vitor fez a apresentação e esclareceu que muitos documentos solicitados não foram
174 entregues, o que prejudicou muito a análise. O relatório será encaminhado por e-mail para que os
175 Gestores possam ler e será entregue na próxima CIR, para ser arquivado na SE/CIR, os Gestores
176 pretendem fazer suas contribuições. Não tendo mais assunto a ser discutido, eu, Andrea
177 Lembranza Secretária Executiva CIR e Roselane Cajado Assistente I da SE/CIR Metro II,
178 relatamos e assinamos a presente ata. Niterói, 04/07/2015.